

Classes médias e política no Brasil: 1922-2016

ADALBERTO CARDOSO

Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. E-book.

*Arthur Salomão**

Publicado no início de 2020, o livro *Classes médias e política no Brasil: 1922-2016*, do sociólogo Adalberto Cardoso, é uma relevante contribuição para a literatura a respeito da ação política das classes médias. A obra tem por tema o comportamento político decisivo das classes médias nas conjunturas de crise que atravessam a era Vargas, a ditadura militar brasileira e o golpe parlamentar de 2016. Embora não repouse, centralmente, numa problemática marxista, o livro abre um diálogo importante com as pesquisas fundamentadas na teoria de Marx. Primeiramente, pela interlocução com um autor como Décio Saes, que se dedicou compreender o estatuto teórico e a atuação política das classes médias. Em segundo lugar, por apresentar teses pertinentes sobre a conjuntura que se inicia com as manifestações de 2013, passa pelo golpe de 2016 e se encontra atualmente no governo Bolsonaro. A obra proporciona ao público marxista, portanto, interessantes reflexões e teses que poderão ser desenvolvidas e incorporadas.

Organizado em quatro capítulos, além da introdução e conclusão, o livro conta com interessante material qualitativo e quantitativo, como o uso de pesquisas de opinião feitas pelo Ibope desde os anos 1940. No primeiro capítulo, o autor recupera as principais contribuições internacionais sobre a relação entre classes médias e política. Por meio de um olhar de longa duração, aborda argumentos

* Mestrando em Ciência Política na Unicamp. E-mail: amsalomao@outlook.com

de Tocqueville, Marx, Wright Mills, Klaus Eder e outros, a fim de sustentar a relevância política das classes médias na ordem social burguesa.

O capítulo seguinte é dedicado à dinâmica política das classes médias brasileiras no longo ciclo varguista, das revoltas tenentistas de 1922 e até o golpe militar de 1964. As classes médias foram decisivas em dois momentos cruciais do período: o suicídio de Vargas e o governo João Goulart. O desfecho desta conjuntura se efetiva com o golpe militar de 1964, no qual um movimento das classes médias conservadoras, alimentado por um difuso anticomunismo, apoiou inclusive os expurgos.

Ao longo do período militar, Cardoso nos mostra que as classes médias se dividiram, embora em número desigual. Por um lado, uma parcela minoritária se lançou à resistência a partir da atuação do movimento estudantil ou, quando necessário, com a luta armada. Por outro lado, um contingente majoritário e conservador almejou e apoiou o regime, ainda que algumas vezes com críticas aos métodos de repressão.

O último capítulo é dedicado ao terceiro momento crucial da relação entre política e classes médias: a conjuntura 2013-2016. Reunindo os eventos que levaram à destituição de Dilma Rousseff em uma cadeia causal, o autor argumenta que, principalmente a partir de 2013, iniciou-se um processo de formação e constituição de identidade de classe em que as classes médias se reconheceram em projetos políticos distintos; projetos esses que tinham na justiça social e na participação democrática elementos divisores.

Feita a exposição da organização do livro, abordemos brevemente alguns destaques da obra, a começar pela concepção de classe média do autor, relacionada fortemente com sua tese central. Seu ponto de partida é a compreensão da estrutura de classes enquanto expressão de complexa rede de posições sociais resultantes dos processos econômicos e sociais de produção, circulação e distribuição da riqueza, bens culturais, serviços públicos, do poder político e do prestígio social. Inspirado em teóricos como C. Wright Mills, E. Olin Wright e F. de Oliveira, o autor divide as classes médias em três estratos conforme o grau de autonomia, de estabilidade e de qualificação profissional. De acordo com Cardoso, essas classes médias, heterogêneas entre si, se deparam com três desafios identitários: a) construção e proteção de suas posições sociais, mediante o fechamento de suas profissões e a transferência da herança de classe para seus filhos; b) proteção do risco de proletarização; c) proteção contra a desclassificação, isto é, a perda de status e de prestígio social.

Passemos à tese central da obra. Influenciado pela crítica de E. P. Thompson e divergindo de autores que encaram o projeto das classes médias como subordinado ao conflito principal do capitalismo, o autor sustenta que as classes médias, ao disputarem os destinos da nação por meio de projetos políticos assentados em sua forma de inserção na estrutura de classes e em seu *ethos* coletivo, foram agentes decisivos nos momentos cruciais da história política brasileira. Cardoso identifica

uma clivagem central, vinculada aos desafios identitários, que organizou e opôs os projetos políticos das classes médias em conjunturas de crise, como nas instabilidades de 1945-1964, na defesa da ditadura militar e, mais recentemente, na conjuntura aberta pelas manifestações de 2013: o apoio ou o repúdio às políticas de promoção social das classes subalternas.

Tomemos como exemplo o período mais recente. Cardoso argumenta que as classes médias brasileiras estão ordenadas em sólida hierarquia de posições que as protege do avanço de jovens, mulheres e não brancos(as), o que estabiliza suas posições e torna seus estilos de vida exclusivos. Portanto, sua hipótese é a de que, quando os governos petistas optaram por colocar em dia políticas públicas de promoção social das classes subalternas, a clivagem central que animou a ação política das classes médias ao longo da história foi reativada e, ao sentirem ameaçados seus valores e seus estilos de vida, as classes médias conservadoras reagiram. No decorrer desse processo, as manifestações contra e a favor do *impeachment* tiveram lugar fundamental. Ambas apresentaram claro perfil de classe média, ainda que constituídas a partir de grupos fechados, excludentes e de matrizes distintas, os “petralhas” e os “coxinhas”. Nesse aspecto, inclusive, a análise que Cardoso faz dessas manifestações é semelhante, embora com algumas diferenças relevantes, a outras teses, já veiculadas na revista *Crítica Marxista* e também no debate marxista acerca do caráter de classe desses movimentos.

Para finalizar, há outro interessante debate que se refere à sedução das novas classes médias aos confortos da sociedade de consumo provenientes do “milagre brasileiro”. Cardoso tece duras críticas a Saes por recusar a tese da “corrupção” das novas classes médias. O argumento de Saes é o de que o consumo desses grupos não determinou a aceitação do autoritarismo, embora fosse importante para reforçar algumas disposições políticas autoritárias advindas das situações de trabalho e das posições de comando nas empresas. Nesse sentido, a função dessa fração na organização do trabalho na empresa capitalista, como fator estrutural, não poderia ser descartada. No entanto, de acordo com Cardoso, o “determinismo tecnológico” de Saes desprezava as novas classes médias que não exerciam posições de comando para o capital ou que ansiavam pela volta da democracia. A nosso ver, o argumento de Saes não parece ser desautorizado pela explicação de Cardoso, e possivelmente, em vez disso, poderiam se complementar.

Esta resenha é um recorte de uma obra que abrange um extenso período histórico e que apresenta múltiplas teses. Buscamos aglutinar nas linhas acima as principais ideias e contribuições do autor, reafirmando que algumas delas podem ser de interesse àqueles que se ocupam de compreender a atuação política das classes médias ou mesmo que se empenham em interpretar os conflitos de classe no Brasil contemporâneo. O livro ganharia maior densidade se o autor procurasse enfrentar mais a fundo as distinções entre os “grupos de posições excludentes” e também o nódulo do antipetismo, identificando suas raízes e suas bases. Mas isso não torna a obra limitada, pois ela oferece uma contribuição importante ao debate que passa, incontornavelmente, pelo marxismo.